Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Terça-feira, 13 de agosto de 2024
Ano CVII ● Número 29.672
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br



NICARÁGUA, EUA E CHICO BUARQUE

Conflito seria estratégia do ex-embaixador bolsonarista em Manágua? Por Beto Almeida, **página 2**



STF RECONHECE ART. 289 DA LEI DAS S/A

Sistema híbrido de publicação. Por André Santa Cruz, Amanda Mesquita Souto (foto) e Bruno Camargo Silva, **página 4**



MORRE O ECONOMISTA PIERRE SALAMA

Especialista em América Latina, foi assistente de Celso Furtado. Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Em 2023, 20% dos jovens no mundo eram 'nem-nem'

Novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revela uma elevada proporção de jovens fora do mercado de trabalho e de programas de educação e treinamento, comumente chamados de "nem-nem". Em 2023, um em cada cinco jovens no mundo, ou seja, 20,4%, era considerado "nem-nem".

Preocupações apontadas pelo relatório global incluem as disparidades regionais e de gênero e uma crescente ansiedade da juventude em relação ao trabalho, apesar de tendências globais encorajadoras acerca do desemprego juvenil.

Em 2023, a taxa global de desemprego juvenil foi de 13%, o equivalente a 64,9 milhões de pessoas, e representa o nível mais baixo em 15 anos.

As perspectivas do mercado de trabalho global para os jovens melhoraram nos últimos quatro anos e espera-se que a tendência ascendente continue por mais dois anos, aponta novo relatório da OIT lançado nesta segunda-feira, Dia Internacional da Juventude.

No entanto, o relatório intitulado Tendências Globais de Emprego Juvenil 2024 (Global Employment Trends for Youth 2024 – GET for Youth) alerta que o número de jovens entre 15 e 24 anos que estão fora do mercado de trabalho, de programas de educação ou treinamento (comumente chamados de nem-nem) é preocupante e que a recuperação do emprego após a pandemia da Covid-19 não foi universal. Jovens de determinadas regiões e muitas mulheres jovens não estão vendo os benefícios da recuperação econômica.

Para 2023, a taxa de desemprego juvenil de 13%, o equivale a 64,9 milhões de pessoas, representa o nível mais baixo em 15 anos e mostra uma queda em relação à taxa anterior à pandemia, de 13,8% em 2019. Espera-se que ela continue a cair até os 12,8% neste ano e no próximo. O panorama, no entanto, não é o mesmo em todas as regiões. Nos Estados árabes, na Ásia Oriental e no Sudeste da Ásia e no Pacífico, as taxas de desemprego juvenil foram mais altas em 2023 do que em 2019.

O relatório alerta também que os jovens enfrentam outros "ventos contrários" para alcançar o sucesso no mundo do trabalho. Salienta que muitos jovens em todo o mundo são nem-nem e que as oportunidades de acesso a empregos decentes continuam limitadas.

BC ouve empresas não financeiras e resultado é pior do que o Focus

Projeções são mais pessimistas que as feitas por bancos

Na tentativa de ampliar o leque de consultas que faz sobre o quadro econômico do país, o Banco Central buscará, a partir da Pesquisa Firmus, captar a percepção de empresas não financeiras em relação à situação de seus negócios e às variáveis econômicas que podem influenciar as decisões.

Poderia ser uma espécie de contraponto à pesquisa Focus – que desde 2005, governo Lula 1, dá voz aos bancos e outras instituições financeiras – mas os resultados não são assim tão diferentes; são até um pouco mais pessimistas.

Ainda em sua fase piloto – na busca por "avaliar a clareza e a eficácia de diferentes tipos e formulações de perguntas" – o estudo observou que, em maio de 2024, as empresas procuradas projetavam uma inflação de 3,99% para 2024, superior à previsão dos bancos (3,89%).

O mesmo se repete no IPCA 2025 (3,89% contra 3,80%, respectivamente), IPCA 2026 (3,77% e 3,71%) e sobre a expectativa do PIB em 2024: as empresas esperavam alta de 1,94%, menos que os 2% apontados pelas instituições financeiras.

O sentimento predominante dos empresários do setor não financeiro ouvidos pelo BC em relação à atual situação econômica do país é neutro (35,9%) ou discretamente positivo (33,7%). Para 28,3%, o sentimento predominante é discretamente negativo.

Perguntados sobre a expectativa para a taxa de crescimento real de seu setor em comparação à taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto, a maior fatia de empresários (34,8%) disse que ela está "discretamente acima" – ou seja, será maior do que o crescimento do PIB (indicador da economia de um país). Para 30,4%, ela estará em linha; para 17,4%, será "discretamente abaixo"; para 13%, "fortemente acima"; e para 4,3%, "fortemente abaixo".

A pesquisa ouviu 92 empresários de setores não financeiros entre 13 e 31 de maio. Segundo o Banco Central, ela será divulgada trimestralmente.

Morre Delfim Netto, czar da economia na ditadura que atraiu admiração de Lula

O economista e ex-ministro Antônio Delfim Netto morreu nesta segunda-feira, aos 96 anos, em São Paulo. Desde o último dia 5, ele estava internado por complicações de saúde, no Hospital Israelita Albert Einstein, na capital paulista.

Em nota, a assessoria do economista informou que não haverá velório aberto e seu enterro será restrito à família. Delfim Netto deixa filha e neto.

Descendente de imigrante italianos, ele nasceu em São Paulo, em maio de 1928. Formou-se economista em 1951 pela Universidade de São Paulo (USP) e tornou-se catedrático em 1958. Fez carreira acadêmica como professor titular de Análise Macroeconômica e recebeu o título de professor emérito pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (Fea-USP).

Foi membro do Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan) do governo Castelo Branco, em 1965. Tornou-se secretário de Fazenda no governo de São Paulo em 1966.

Foi um dos signatários do AI-5, em 13 de dezembro de 1968. O decreto é considerado o mais duro após o golpe de 1964, e foi instituído durante o governo Gosta e Silva, para suspender direitos e garantias individuais.

Valter Campanato /ABr



Delfim Netto chegou a ministro da Fazenda em 1967, ainda no governo Costa e Silva, e ocupou o cargo até o governo Médici, encerrado em 1974.

Nos quatro anos seguintes, foi embaixador do Brasil na França e, em 1979, passou a integrar Conselho Monetário Nacional e comandou o Banco Central no governo Figueiredo.

Delfim foi deputado federal na Constituinte de 1987 a 1991 pelo PDS, sucessor da Arena. Posteriormente, elegeu-se cinco vezes deputado federal pelo Estado de São Paulo e permaneceu representante na Câmara até 2007.

Em nota, o presidente Lula publicou: "Durante 30 anos eu fiz críticas ao Delfim Netto. Na minha campanha em 2006, pedi desculpas publicamente porque ele foi um dos maiores defensores do que fizemos em políticas de desenvolvimento e inclusão social que implementei nos meus dois primeiros mandatos."

Agosto, o mês que não acaba – também para as despesas

Um terço dos brasileiros afirmam que sua renda não é suficiente para pagar todas as despesas de agosto. O levantamento foi feito pela Serasa, em parceria com o Instituto Opinion Box, e "reforça a necessidade de cautela no orçamento para fazer o salário render até o dia 31". Foram ouvidas 2.446 pessoas

A pesquisa mostra que somente 35% dos entrevistados confiam que conseguirão chegar ao final do mês com "alguma reserva de dinheiro", sendo que 36% têm certeza de que 31 de agosto os encontrará vulneráveis financeiramente. Entre os consumidores ouvidos, 22% consideram agosto o mês mais difícil sob o ponto de vista de finanças.

"Com a chegada do segundo semestre, muitas famílias começam a sentir o peso das despesas acumuladas, como parcelas de compras feitas no início do ano, rematrículas escolares e preparação para as despesas de fim de ano", explica Aline Maciel, gerente da plataforma Limpa Nome da Serasa. "Além disso, a ausência de feriados pode contribuir para o sentimento de 'eternidade' do mês", complementa Aline.

A Serasa convocou quatro especialistas em finanças pessoais em uma campanha especial de educação financeira. Sob o mote de que "Agosto é infinito, mas o salário não", a iniciativa propõe desafios semanais a fim de orientar os brasileiros a desembarcarem em setembro com mais tranquilidade financeira.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,4972
Dólar Turismo	R$ 5,7210
Euro	R$ 6,0100
Iuan	R$ 0,7656
Ouro (gr)	R$ 434,03

ÍNDICES

IGP-M	0,61% (julho)
	0,81% (junho)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Falar grosso com a Nicarágua e falar fino com os EUA?

Por Beto Almeida

A genial frase de Chico Buarque de Hollanda definiu em linhas gerias, anos atrás, o que deve ser nossa política externa, já rotulada como ativa e altiva: “Não falar grosso com a Bolívia e não falar fino com os EUA”. Se considerarmos ter sido o próprio presidente Lula quem definiu, ao modo popular, como sempre, uma das fórmulas para entender a integração latino-americana – “crescer juntos”, enfatizou –, a expulsão da embaixadora da Nicarágua, Fúlvia Castro, na semana que passou, vem compor um leque de interrogações que muitos do campo progressista vêm fazendo sobre a política externa ditada pelo Itamaraty, no Brasil e no mundo, especialmente no Brics.

O embaixador do Brasil em Manágua, Breno Dias da Costa, indicado para aquela embaixada pelo governo Bolsonaro, criticara publica e abertamente o presidente Daniel Ortega, exercendo, desta forma, não apenas uma não-diplomacia, conflitante com o estatuto da carreira, mas especialmente violando a Constituição brasileira que estipula o respeito à autodeterminação dos povos e à não ingerência assuntos internos de outros países como princípios constantes de suas cláusulas pétreas.

O que não impediu terem sido pisoteadas pela terrraplanice que inspira muitos dos embaixadores vinculados ao lamentável chanceler Ernesto Araújo. O surpreendente é a tolerância do Itamaraty com essa clara violação de nossa Constituição, e em território marcado pela dignidade de uma pátria soberana inspirada em Augusto César Sandino.

Lula conheceu Fidel em Manágua

Lembro Sandino, não por acaso. Foi em Manágua, a 19 de julho de 1980, que o presidente Lula, em plena Praça da Revolução, conheceu Fidel Castro, selando, ali mesmo, uma amizade de uma vida inteira. Amizade de causas, de ideias, de sonhos libertários, de compromissos com a libertação de todos os povos das garras erguidas pelo imperialismo.

De lá pra cá, Lula e o PT, a CUT e o MST, tornaram-se grandes parceiros não só de Cuba como da Nicarágua, construindo várias iniciativas conjuntas para a integração latino-americana, entre elas o Foro de São Paulo. O PT e a Frente Sandinista de Libertação Nacional são partidos irmãos, integrantes do Foro de São Paulo.

Tem cabimento chegar ao nível de uma expulsão sob uma controvertida categoria de exercício de reciprocidade, quando a Chancelaria nicaraguense não expulsou o embaixador brasileiro? O diplomata bolsonarista foi convidado a se explicar – face suas reiteradas críticas públicas ao governo sandinista – mas, em vez de dialogar, deixou o país centro-americano e plantou na *Folha* – jornal de inapagável conivência com a ditadura brasileira e seus porões mais escuros – a versão que teria sido expulso.

Não houve ato de expulsão. Mas enquanto o embaixador bolsonarista sujava a imagem do Brasil e do presidente Lula em solo sandinista, a embaixadora Fúlvia Castro, digna representante das mulheres nicaraguenses, daquela cepa que participou da Revolução, como guerrilheira, mas, indo além, registrando hoje ser a Nicarágua um dos cinco países com melhor equidade de gênero em todo mundo. Nicarágua está competindo com os escandinavos neste quesito. O que torna a alegada reciprocidade uma posição política contra países que esgrimem políticas transformadoras e de desafio ao decadente império dos EUA.

A injusta expulsão da embaixadora Fúlvia Castro termina por premiar uma provocação ao estilo bolsonarista. Há quem duvide da capacidade da diplomacia de corte terra plano de chegar a esses extremos? Vale lembrar que o chanceler Ernesto Araújo, que confessou acreditar na planície da Terra, chegou a organizar, sob patrocínio de Mike Pompeo, secretário de Estado de Donald Trump, um plano para uma ação militar contra a Venezuela, que seria aprovado na Reunião do Grupo de Lima, o que apenas não ocorreu porque o general Mourão, então vice-presidente da República, desembarcou surpreendente na capital peruana, impediu a fala do chanceler e, falando em nome do Brasil, disse: “Nós condenamos o chavismo e o governo de Nicolás Maduro, mas o Brasil não vai participar de qualquer ação militar contra a Venezuela”.

Falava em nome das FFAAs, enquanto Araújo pretendia falar como ventríloquo do império. Nada disso absolve Mourão de suas posições, mas as FFAAs falaram em seu nome, comunicando conhecida doutrina estratégica que buscar impedir qualquer conflagração militar próximo às fronteiras, exibindo a consciência que, muitas vezes, foi apresentada como alerta pelo já falecido general Antônio Carlos de Andrada Serpa: o alvo principal é o Brasil!!!

O embaixador da periferia buscaria o diálogo?

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o Chanceler da Periferia, autor dos geniais *Quinhentos Anos de Periferia* e *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*, um dos mentores do Mercosul, possivelmente se anteciparia, por meio de diálogo, para evitar a truculência da expulsão da representante sandinista, o que vai contra a ideia de “crescer juntos”, como preconiza Lula.

Os laços entre Brasil e Nicarágua são amplos, profundos, semeados também pelas Brigadas de Solidariedade que o povo brasileiro enviou à Pátria de Sandino. Tenho a honra de haver integrado uma destas brigadas, a Zumbi dos Palmares, que trabalhou na colheita do café em Matagalpa, então alvo de operações terroristas da contrarrevolução patrocinadas pelos EUA. Foi em Manágua que ouvimos, pela voz de Daniel Ortega, como apoio, o comunicado de que o Brasil adotara a moratória da dívida externa, em pleno governo Sarney.

Conflito seria estratégia do ex-embaixador bolsonarista em Manágua?

Certamente, pouco se conhece da realidade nicaraguense atual, dotada de sistema de educação público e gratuito, similar ao seu sistema de saúde. A eletrificação alcança 95% do território nacional, e cerca de 90% da população já tem acesso a água potável, algo que falta a pelo menos 30 milhões de brasileiros, num país incomparavelmente mais rico.

Nicarágua é também autossuficiente na produção dos alimentos que consome e possui uma invejável rede de modernas rodovias interligando todo o país, quando, antes da Revolução, a costa do Pacífico não tinha qualquer comunicação, a não ser aérea, com a Costa do Mar Caribe.

Estávamos lá, os brigadistas brasileiros, quando presenciamos a chegada de dois navios da URSS carregados de livros, no idioma de Rubens Dario, em apoio à Cruzada Nacional de Alfabetização que, em apenas um ano e meio, erradicou a chaga do analfabetismo, apesar do terrorismo dos EUA, que ceifou a vida de centenas de professores.

O Brasil nem meta possui para erradicar o analfabetismo, apesar de ter gerado ilustres educadores como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire, todos perseguidos pela ditadura cívico-militar. Mas expulsa uma diplomata revolucionária, em vez de dialogar.

A estatização da Universidade Centro Americana

Um renovado leque de iniciativas hostis é lançado pelos EUA contra o Governo Sandinista, e a resposta tem sido mobilização popular, realização de eleições e, mais que isso, avanço e aprofundamento em medidas de interesse popular, como, recentemente, a plena estatização da Universidade Centro Americana, propriedade dos jesuítas, que servia de base para ações de desestabilização do país, sempre financiadas pela NED e pela Usaid.

Nicarágua tem resistido. A Frente Sandinista não aposentou por completo o aprendizado da Revolução Sandinista e não se desfez de suas armas, pois enxerga o mundo como um cenário de crescente intervenção militar imperialista apoiada pelos EUA e outros inimigos do sandinismo.

Evidentemente, a estatização contrariou uma parte das forças progressistas nacionais, vinculadas à igreja católica, sempre indisposta a aceitar qualquer questionamento ao modelo escola paga que a mantém. Relutando, também, na defesa do sagrado lema revolucionário sandinista de construir a educação pública, gratuita e laica!

É neste contexto que se torna ainda mais inesperada a posição do Itamaraty, optando por uma reciprocidade punitiva para com um país que tem um heroico histórico de resistir a agressões dos EUA, tendo sido invadido e agredido inúmeras vezes. Seria inconcebível que um embaixador brasileiro em Washington fizesse críticas públicas a políticas da Casa Branca, criticando, por exemplo, o apoio do governo Biden ao genocídio em Gaza, ou que nosso representante em Londres também condenasse a imposição de sanções da Otan à Rússia, não? Por que contra a Nicarágua isso é lamentavelmente tolerado pelo Itamaraty? Por ser um país pequeno, os itamaratecas deduzem, arrogantemente, não possuir dignidade?

Conflitar o Brasil com a integração

Algumas interrogações preocupantes vão surgindo no cenário: o Brasil nunca exigiu atas de nenhum país para reconhecer seu resultado eleitoral. Por que o faria apenas em relação à Venezuela? Não seria a provocação do ex-embaixador brasileiro em Manágua, o bolsonarista, uma estratégia para conflitar Lula com os países com soberania o suficiente para não agir com vassalagem ante o Governo dos EUA? Não seria esta, portanto, uma estratégia útil aos EUA, que se opõem à integração da América Latina, fragilizando a unidade da Celac, por exemplo, integrada tanto por Brasil como pela Nicarágua e pela Venezuela?

Conflitar países que manifestam apoio ao Brics não é igualmente uma iniciativa para dificultar a consolidação de iniciativas que tendem a consolidar o processo de construção de um mundo multipolar, anunciado em nossa posição na ONU? Finalmente, qual o papel das forças progressistas no Brasil: assistir passivamente a uma nova tendência em nossa política externa, ou, mais que aplaudir, reivindicar que a genial definição de Chico Buarque volte a prevalecer no Itamaraty, bloqueando este curso de “falar grosso com a Nicarágua e Venezuela e falar fino com os EUA”?

Beto Almeida
é jornalista, conselheiro da ABI.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Morre o economista francês Pierre Salama

Faleceu na noite de sexta-feira (9), 2 dias antes de completar 82 anos, o economista francês Pierre Salama. De longa data seus caminhos se cruzaram com a América Latina. Primeiramente, com o México e a Argentina, de onde vieram muitos dos seus alunos. Depois, com o Brasil. Ainda estudante em Paris, Salama foi assistente de Celso Furtado na Universidade de Paris I – Pantheón-Sorbonne, onde o economista brasileiro ensinava.

Depois, Pierre Salama se tornou professor da Universidade de Amiens, até transferir-se para a Universidade de Paris XIII (também conhecida como Paris Nord, em Villetaneuse, até ser rebatizada de Université de Paris XIII – Sorbonne).

Também por longos anos foi um dos professores mais reconhecidos do Iedes (o Instituto ligado à Paris I) que se especializava nos estudos econômicos e sociais dos países em desenvolvimento – chamados então de Terceiro Mundo. Durante décadas, Salama se dedicou a ensinar e a orientar academicamente a legiões de alunos vindos da América Latina, da Ásia e da África, além de franceses.

Maurício Dias David, do Conselho Editorial do **Monitor Mercantil**, conheceu Pierre Salama em 1991, quando chegou a Paris para fazer o doutorado em economia na Universidade de Paris XIII: "Salama me acolheu como acolhia a todos os 'exilados' do mundo que buscavam completar os seus estudos de pós-graduação sob a orientação do intelectual marxista e pós-trotskista que fizera o seu nome na Paris pós-68."

"A todos, este intelectual ímpar, que sempre lutou pela justiça social e econômica, acolhia com abraço afetuoso, ajudando a desbravar os caminhos íngremes da burocracia francesa para facilitar o encaminhamento administrativo dos registros universitários mas, acima de tudo, dando o exemplo da sua independência de pensamento e da procura constante de novos caminhos para a descoberta científica", relembra David.

No Brasil, Salama publicou, entre outros livros, *A finança mundializada* e *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina* (Boitempo), *A Economia em decomposição* e *Dolarização: ensaio sobre a moeda, industrialização e o endividamento dos países desenvolvidos* (Nobel).

No **Monitor Mercantil**, publicou os artigos "Desaceleração econômica: a China na tormenta?", "A Argentina marginalizada" e a série "Uma crise estrutural no Brasil" (5 textos).

Brinde aos juros altos

Um grande volume de títulos públicos (NTN-B) com vencimento quinta-feira (15) será pago nas contas dos investidores nos próximos dias. Serão quase R$ 239 bilhões.

Rápidas

O Congresso realizará evento sobre os 50 anos das relações diplomáticas entre Brasil e China, às 14h desta quinta-feira *** Nesta terça, Mathieu Fitoussi, diretor-geral da Servier do Brasil, participa do painel "A humanidade aumentada: quais são as novas fronteiras da saúde?", no Rio Inovattion Week, ao lado de Rosane Ricciardi (Amil) e Cheila Portela (Vibe Saúde) *** Preâmbulo Tech promove o webinário "Gestão jurídica estratégica: desafios e benefícios", dia 22, 14h, com Juliana Bittencourt. Inscrição: conteudo.preambulo.com.br/legal-talks-gestao-juridica *** Nesta sexta, a advogada Taise Vielmo Cortes lançará o livro *Lugar de mulher é onde ela quiser* (coletânea), no Bistrô da Catedral, em Porto Alegre, a partir das 17h30.

Criptomoedas: Brasil e Argentina entre os 10 países com maior adoção

Ocupamos a sétima posição global com 17,40% da população

O Brasil figura entre os 10 países com maior adoção de criptomoedas no mundo, segundo um recente relatório da Triple-A, plataforma de soluções de pagamento em criptomoedas. O estudo revela um crescimento significativo no uso de ativos digitais, destacando o país como um dos líderes globais no setor.

Segundo o relatório, o Brasil, juntamente com outros países da América Latina como a Argentina, se destaca pelos maiores índices de utilização de criptomoedas. No Brasil, 17,40% da população, ou seja, cerca de 38 milhões de pessoas, utiliza ativos digitais para diversas finalidades. Já a Argentina ocupa o quarto lugar na adoção de criptomoedas, com 18,90% de sua população (8,6 milhões de pessoas) usando ativos digitais. Esse número posiciona o país sul-americano como líder na adoção de criptomoedas na América Latina. Este fenômeno reflete o crescente interesse e a rápida integração da tecnologia blockchain.

Segundo Márlyson Silva, CEO da Transfero, "esses números reforçam, primeiro, que as populações de economias emergentes estão naturalmente mais dispostas a procurar pela inovação muito por conta do funcionamento atual dos seus sistemas financeiros. Mas, além disso, é uma estatística interessante para comprovar que cripto é muito mais do que uma modalidade de investimento. Dentro dessas quase 50 milhões de pessoas na Argentina e no Brasil, os casos de uso são os mais variados, passando de reserva de valor, investimento para retornos com a volatilidade tradicional do mercado e até mesmo alternativa para fugir de problemas como a alta inflação, no caso dos argentinos."

Já de acordo com uma pesquisa realizada pela Foxbit Business, empresa do Grupo Foxbit, no segundo trimestre do ano, quase 80% dos 1.200 entrevistados gostariam de realizar pagamentos com criptomoedas.

Apesar do interesse, o relatório Status do Pagamento com Criptomoedas no Brasil 2024 mostra que ainda são poucos os estabelecimentos que aceitam este método. O levantamento destaca que 78% dos participantes gostariam de garantir mais utilidade às criptomoedas, a partir do pagamento por produtos e serviços. Já os outros 22%, optam por manter seus tokens como investimento somente.

No entanto, apesar do alto interesse, apenas 16% dos entrevistados já realizaram algum tipo de pagamento com criptomoedas, se deparando com estabelecimentos que aceitavam o método, contra 84% que nunca tiveram a experiência.

Ainda segundo o levantamento, 71% dos entrevistados disseram preferir realizar suas compras com criptomoedas em lojas virtuais a físicas. A pesquisa perguntou também quais criptomoedas os usuários mais gostariam de usar como forma de pagamento. Bitcoin (BTC) puxou a fila com 63%, seguido por Ethereum (ETH), com 32%, e Tether (USDT), 20%. Logo atrás, estão Ripple (XRP) e Solana (SOL), com 9% e 14%, respectivamente. A categoria "outras" representou 13%.

Para estes resultados a pesquisa contou com sete perguntas de múltipla escolha, que ficaram disponíveis na Foxbit Exchange, entre 22 de maio e 4 de junho. No total, foram utilizadas as respostas de mais de 1.225 participantes que completaram o questionário. Formulários incompletos não foram aplicados no levantamento.

Em relação ao perfil, São Paulo lidera o volume de participantes da pesquisa, com 32,7%. Em segundo lugar está o Rio de Janeiro (9,6%), seguido por Minas Gerais (8,9%). Já a idade dos participantes, a maioria possui entre 36 e 49 anos de idade (38%). Logo depois, está o público com mais de 50 anos (27%). Jovens entre 19 e 25 anos representaram apenas (9%) do levantamento.

Economia de baixa altitude impulsiona novo crescimento na China

A economia de baixa altitude da China está entrando em uma fase de crescimento. Vários veículos aéreos, como grandes dirigíveis para turismo de baixa altitude e veículos aéreos não tripulados (UAVs, em inglês) para entrega expressa e transporte urbano, bem como fotografia aérea e resgate em situações de emergência são, cada vez mais, empregados na China em vários cenários, provando serem ferramentas eficazes para uma série de atividades e operações.

A liderança chinesa reiterou recentemente sua determinação em melhorar as instituições e mecanismos para modernizar a infraestrutura, de acordo com uma resolução adotada na Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China. A resolução observou que a China desenvolverá a aviação geral e a economia de baixa altitude.

O dirigível AS700, desenvolvido de forma independente da China, realizou com sucesso seu voo de demonstração em 1º de agosto na cidade de Jingmen, Província de Hubei, no centro da China, apresentando um novo modo de turismo de baixa altitude. Durante seu voo de demonstração sobre destinos turísticos locais, o grande dirigível AS700 voou a uma velocidade de 60 quilômetros por hora a uma altitude de 500 metros.

"Os passageiros podem desfrutar de uma viagem aérea excepcionalmente relaxante a uma velocidade moderada e a uma altitude ideal para passeios turísticos de baixa altitude", disse Zhou Lei, designer-chefe do projeto do dirigível AS700.

Desenvolvido pelo AVIC Special Vehicle Research Institute, o AS700 é um tipo de dirigível tripulado de cápsula única com capacidade máxima para 10 pessoas, incluindo um piloto. "O dirigível AS700 obteve o certificado de tipo. Estamos explorando mais aplicações-piloto de cenários de baixa altitude e planejamos construir a primeira rota de demonstração de turismo de dirigíveis de baixa altitude da China", acrescentou Zhou.

Wang Yunyi, uma graduada do ensino médio, recebeu recentemente sua carta de admissão na universidade entregue por um UAV. Decolando da Universidade de Tecnologia do Sul da China, o UAV viajou 25 quilômetros em 30 minutos, entregando quatro cartas de admissão a estudantes, incluindo Wang, no distrito de Huangpu, cidade de Guangzhou, Província de Guangdong no sul da China. "Fiquei surpreso ao ver minha carta de admissão chegar por drone. Que experiência imersiva, como algo saído de um filme de ficção científica", disse Wang.

A administração de correios de Guangzhou, que lida com entregas de admissão há mais de 40 anos, processa cerca de 550.000 cartas de admissão anualmente. "Mais alunos experimentarão esse avanço tecnológico no futuro, com drones entregando suas cartas de admissão", disse Zou Liwen, gerente da administração de correios de Guangzhou.

A economia de baixa altitude está beneficiando o povo chinês, aprimorando a logística, a agricultura, o mapeamento e outras indústrias emergentes. Um serviço urbano de entrega expressa por UAV, recém-lançado na cidade de Wuxi, Província de Jiangsu, leste da China, está introduzindo um novo modo de entrega de encomendas aos residentes.

Esse novo modo de entrega pode aliviar a ansiedade das pessoas, especialmente quando surgem necessidades imediatas. Pequenos UAVs, transportando itens leves como documentos, chaves e medicamentos, entregam essas encomendas mais rápido do que se imagina. Em comparação com os métodos tradicionais de entrega expressa, a entrega de UAV pode reduzir o tempo necessário em aproximadamente metade, de acordo com a Phoenix Wings, uma empresa de UAV de carga sob o SF Group, gigante chinesa de entrega expressa.

Wuxi expandirá ativamente os cenários de entrega de UAV, acelerará o desenvolvimento de sua rede de expressa aérea e apoiará a logística de baixa altitude para encomendas expressas e produtos frescos locais, de acordo com Cai Yu, funcionário do departamento de transporte da cidade.

Quase 608.000 UAVs foram registrados no primeiro semestre deste ano, um aumento de 48% em relação ao final do ano passado. As horas de voo acumuladas dos UAVs atingiram 9,816 milhões de horas, um aumento de 134.000 horas em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com estatísticas da Administração de Aviação Civil da China.

Espera-se que aplicações inovadoras de UAVs e outros veículos aéreos estimulem o desenvolvimento de novos materiais, finanças, tecnologia de comunicação, inteligência artificial e muito mais. Espera-se que esses avanços gerem continuamente novas indústrias, ocupações e impulso para o crescimento econômico e melhores meios de subsistência.

"A economia de baixa altitude está impulsionando a profunda integração da economia real com a economia digital, servindo à indústria agrícola e ao setor de serviços", disse Wu Qihui, vice-presidente da Universidade de Aeronáutica e Astronáutica de Nanjing.

SEU DIREITO

STF reconhece constitucionalidade da atual redação do art. 289 da Lei das S/A

Por André Santa Cruz, Amanda Mesquita Souto e Bruno Camargo Silva

A Lei 13.818/2019 alterou a redação do art. 289 da Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações – LSA), que trata das publicações das sociedades anônimas. Desde 1º de janeiro de 2022, data da entrada em vigor dessa lei, houve (i) a exclusão da publicação em Diários Oficiais e (ii) a simplificação da publicação em jornais de grande circulação (resumo na versão física e íntegra na versão eletrônica).

Essa mudança teve o objetivo de desburocratizar as publicações das sociedades anônimas, reduzindo o seu custo, mas nunca foi intenção do legislador suprimir a necessidade de publicação em jornal físico: a ideia foi simplificar tal publicação, que passou a ser resumida, mas acompanhada de outra publicação integral, esta em versão eletrônica.

Sempre defendemos que a Lei 13.818/2019 não eliminou a necessidade de publicações em jornais impressos. O que a lei criou foi um mecanismo de simplificação, redução de custos e aumento da transparência, por meio da combinação de uma publicação em meio impresso (versão resumida) com uma publicação em meio eletrônico (versão integral). Assim, garantiu-se, de um lado, a almejada redução de custos para as companhias e, de outro, a imprescindível difusão da informação para todos os interessados.

Essa interpretação foi a mesma dada pela Presidência da República e pela Procuradoria-Geral da República na ADIn 7.011, que questionava a constitucionalidade da Lei 13.818/2019. Embora essa ação não tenha sido julgada no mérito, visto que a ministra relatora, Cármen Lúcia, negou seguimento à ação em razão da ilegitimidade ativa da parte autora, verificamos que não houve dúvidas, nas manifestações desses entes, sobre a publicação resumida determinada pela nova redação do art. 289 da LSA ter de ser realizada em jornal impresso.

O Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), no Manual de Registro de Sociedade Anônima (Anexo V da IN 81/2020), também consagrou essa interpretação, sempre deixando claro que, quando a LSA menciona "jornal de grande circulação", está se referindo a um veículo impresso.

Outro argumento que reforça essa interpretação é o seguinte: quando o legislador quis realmente eliminar a necessidade de publicações de sociedades anônimas em meio físico (jornal impresso), ele o fez de maneira muito clara e direta, mas com um recorte bem específico. Referimo-nos à Lei Complementar 182/2021, conhecida como o Marco Legal das Startups, que alterou o art. 294 da LSA, possibilitando que a companhia fechada com receita bruta anual de até R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) realize as publicações legais totalmente de forma eletrônica.

Por fim, no dia 4 de julho de 2024, foi publicado o acórdão do STF no julgamento da ADIn 7.194, que julgou improcedente a referida ação para declarar a constitucionalidade do art. 1º da Lei 13.818/2019, que deu a atual redação ao art. 289 da LSA.

Nesse julgamento, o STF não apenas reconheceu a constitucionalidade da regra que dispensou as sociedades anônimas de publicarem atos societários e demonstrações financeiras em Diários Oficiais, mas também deixou claro que a correta interpretação da atual redação do art. 289 da LSA é a seguinte: publicação resumida em jornal de grande circulação na sua versão física e publicação integral no portal eletrônico do mesmo jornal. A propósito, veja-se o item 2 da ementa do acórdão:

"No intuito de se disponibilizarem as informações pertinentes às pessoas e entidades interessadas, embora dispensada a publicação em diário oficial, a norma manteve a obrigatoriedade de divulgação dos atos das sociedades anônimas em jornais de ampla circulação, tanto no formato físico, de forma resumida, quanto no formato eletrônico, na íntegra."

De acordo com o ministro relator, Dias Toffoli, "a divulgação da íntegra dos atos societários na página da internet de jornais de grande circulação é medida que logra atingir grande número de pessoas interessadas e que se mostra acessível para o fim que se propõe. Ademais, a norma mantém a obrigatoriedade de divulgação dos atos societários na mídia impressa, o que contempla a parcela da população que não costuma ou não consegue fazer uso de meios eletrônicos de acesso à informação."

Vale ressaltar que esse julgamento do STF se deu em sede de controle abstrato de constitucionalidade, que tem efeito vinculante e erga omnes.

Portanto, sem qualquer espaço para dúvidas, de acordo com a atual redação do art. 289 da LSA, simplificou-se a regra geral de publicidade legal das companhias brasileiras, adotando-se um sistema híbrido de publicação: resumo em jornal de grande circulação físico e, simultaneamente, íntegra no sítio eletrônico desse mesmo jornal na internet.

André Santa Cruz
é advogado, sócio-fundador do escritório Agi, Santa Cruz & Lopes Advocacia, doutor em Direito Comercial pela PUC-SP, professor de Direito Empresarial do IESB-DF e ex-diretor do DREI.
Amanda Mesquita Souto
é advogada associada no escritório Agi, Santa Cruz & Lopes Advocacia, pós-graduada em Direito Empresarial pela FGV e ex-diretora do DREI.
Bruno Camargo Silva
é advogado, sócio da Camargo Silva Consultoria, professor de Direito Empresarial e Processual, jornalista, mestrando em Direito pela Universidad Europea del Atlántico (Espanha) e especialista em Direito Processual pela PUC-Minas.

Petróleo no Rio: produção de 3 milhões de barris/dia no 1º semestre

Levantamento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), o Anuário de Petróleo no Rio 2024, que será apresentado nesta terça-feira e confirma protagonismo do estado do Rio em relação à produção nacional, revela que a produção nacional de óleo bruto segue em crescimento, embora tenha diminuído o ritmo em relação ao ano anterior.

No primeiro semestre de 2024, produção nacional do combustível se manteve praticamente estável em relação à média anual de 2023. Esse cenário de estabilidade é resultado de paradas programadas em campos do pré-sal, variações naturais dos níveis de produção e ações direcionadas para a revitalização de campos maduros, que chegaram a acumular queda de 330 mil barris/dia entre janeiro e abril.

Mesmo sendo o estado onde estão os principais campos afetados no primeiro semestre, o Rio de Janeiro mantém seu protagonismo neste mercado, alcançando patamares médios próximos aos 3 milhões de barris/dia, o que representa 86% dos volumes produzidos no país.

"Com o contínuo amadurecimento das bacias petrolíferas em águas fluminenses, manter o patamar produtivo e expandir ainda mais o potencial do país e do estado é certamente um desafio para os próximos anos. É importante frisar a perene participação do petróleo na matriz energética mesmo no cenário de descarbonização, pois quando se fala em transição energética, o papel do petróleo no futuro significa desenvolvimento econômico dos países e mais adição de energia. O produto continuará tendo o seu papel, a questão é como congregar isso com a descarbonização, com soluções de captura e armazenamento de carbono", ressalta o vice-presidente da Firjan, Luiz Césio Caetano.

Quanto à localização da produção nacional, os campos marítimos continuam em destaque, concentrando em torno de 95% dos volumes produzidos em 2024. A região do pré-sal responde por mais de 75% dos volumes, enquanto o pós-sal atinge pouco mais de 20%, percentual ainda bastante relevante ao considerarmos se tratar de uma região madura, com histórico produtivo de mais de 40 anos.

Campos maduros

Além disso, o levantamento destaca a recuperação dos campos maduros e áreas marginais, pauta importante para a bacia de Campos, localizada no Norte Fluminense, e que ainda tem muito a contribuir com relação à produção. Essa região, após atingir em 2022 o menor volume de produção, desde 1996, em torno de 480 mil barris/dia, a bacia de Campos recuperou a sua produção em 2023 e já atinge 700 mil barris/dia.

"A aplicação de soluções para a melhoria do fator de recuperação e produtividade desses campos maduros e marginais, fez com que em um período de um ano e meio, a produção da bacia de Campos aumentou na ordem de 220 mil barris/dia, equivalente a uma plataforma grande de petróleo a ser instalada no pré-sal na bacia de Santos", destaca a gerente-geral de Petróleo, Gás, Energias e Naval da Firjan, Karine Fragoso.

Ainda segundo o estudo, os números atualizados referentes às reservas provadas cresceram em 2023 em relação ao ano anterior. O Rio, por exemplo, expandiu seus volumes em 9%, alcançando 13,6 bilhões de barris. Já os volumes nacionais cresceram 7%, alcançando 15,9 bilhões de barris. A representatividade estadual de reservas provadas manteve o patamar produtivo, cerca de 86% do total nacional.

Abrainc aponta alta de 45,3% nas vendas de imóveis novos

As vendas de novos imóveis registraram uma alta de 45,3% no acumulado de 12 meses, encerrados em maio de 2024. Ao todo, foram comercializadas 183.228 unidades no período, aponta o indicador Abrainc-Fipe. O estudo foi elaborado com dados de 20 empresas do setor pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

No período, o segmento de Médio e Alto Padrão (MAP) teve um aumento de 13% no volume de unidades comercializadas e de 32,6% no valor de vendas. O valor total lançado teve um acréscimo significativo de 14,4%, reforçando a retomada nos lançamentos para o segmento. Atualmente, a duração dos estoques está em 13 meses, comparada aos 24 meses registrados no início de 2023, indicando que os estoques voltaram a níveis saudáveis, permitindo o retorno de novos projetos.

As empresas que operam no segmento Minha Casa, Minha Vida apresentaram um aumento significativo tanto na quantidade de unidades vendidas (59,7%) quanto no valor total de vendas ao longo dos últimos doze meses (65,6%). Além disso, houve uma elevação expressiva de 30,7% no valor de venda dos lançamentos. O estudo lembra que as medidas do governo, como o FGTS Futuro, estão fortalecendo o mercado de habitação popular e ampliando o acesso à moradia para famílias de menor renda.

Apesar do bom desempenho no período, Luiz França, presidente da Abrainc, destaca que a aprovação da reforma tributária na Câmara trouxe novas preocupações ao mercado imobiliário.

"Com a alíquota modal para incorporação fixada em 40%, há um risco de aumento significativo na carga tributária. Para mitigar esses efeitos, é necessário elevar o redutor para 60%, garantindo a competitividade do mercado e facilitando o acesso à moradia", afirma. França alerta que o setor, responsável por mais de 2,9 milhões de empregos formais e 7% do PIB nacional, poderá enfrentar sérios desafios com a alta de 40% na carga tributária, impactando os custos de produção e os preços dos imóveis.

Atualmente, a relação distrato sobre venda no segmento de médio e alto padrão permanece em baixo patamar (11,4%). Quando a Lei dos Distratos foi sancionada, em 2018, essa relação era de cerca de 40%.

Já do Índice Fipe Zap, com base no comportamento dos preços de venda de imóveis residenciais em 56 cidades brasileiras, registrou aumento de 0,76% em julho de 2024. O resultado representou uma aceleração do índice em relação em junho (0,61%) e também a maior variação mensal do índice desde janeiro de 2014 (0,77%).

Até julho, o Índice Fipe Zap de Venda Residencial acumulou uma valorização de 4.34% no ano, resultado que se manteve acima da variação dos preços da economia segundo o IGP-M/FGV (1,71%), assim como da inflação ao consumidor de 2,79%, considerando os resultados do IPCA no ano até junho de 2024 e o IPCA-15 de julho de 2024. Destacam-se em relação a a alta nominal nos preços residenciais as cidades de Curitiba (11,71%); João Pessoa (9,12%); Salvador (8,81%); Goiânia (7,47%); São Luís (7,36%).

Incorporando os últimos resultados mensais, o Índice Fipe Zap registrou uma valorização acumulada de 6,53% em 12 meses, superando a variação do IGP-M/FGV (3,82%), bem como prévia da inflação ao consumidor, dada de forma provisória pelo comportamento do IPCA até junho de 2024 e do IPCA-15 em julho de 2024* (4,42%). Imóveis com um dormitório registraram valorização acima da média (6,50%), contrastando com a menor variação entre unidades com quatro ou mais dormitórios (5,58%).

E com base em informações da amostra de anúncios de imóveis residenciais para venda em julho de 2024, o preço médio calculado foi de R$ 9.082/m².

Dia dos Pais teve alta de mais de 1.000% em tentativas de fraudes

Durante o Dia dos Pais deste ano, comparado ao mesmo período de 2023, as suspeitas de fraude aumentaram 1.653%. Os dados são de levantamento da área de combate à fraude do Asaas e foi realizada na base de dados dos mais de 160 mil clientes da instituição e analisou mais de 64 mil suspeitas e destacou os setores de alimentos e bebidas, software, eletrônicos e informática como os mais afetados.

Este ano, foram registradas mais de 64 mil suspeitas, frente a pouco mais de 3 mil em 2023. Apesar desse aumento significativo, as fraudes comprovadas diminuíram 61%, passando de mais de 48 mil para aproximadamente 19 mil ocorrências, evidenciando a eficácia das medidas de segurança aprimoradas pela empresa.

O levantamento também revelou que, embora o Pix continue sendo o meio mais associado a suspeitas de fraude, o cartão de crédito emergiu como o líder em fraudes confirmadas, com um crescimento de 562% nas ocorrências. Em 2023, o Pix dominava com 70% das fraudes comprovadas, seguido pelo boleto e cartão. Este ano, o Pix foi implicado em 64% das suspeitas e 26% das fraudes confirmadas, enquanto o boleto ficou com 8% dos incidentes confirmados.

Entre as contas envolvidas, 76% das suspeitas de fraude foram em contas jurídicas, com ticket médio elevado. No entanto, 24% das tentativas foram associadas a contas físicas, indicando o uso de contas pessoais como "contas laranjas" por criminosos.

BR Partners (BRBI11): resultado do 2T24, medalha de ouro e evolução

Por Jorge Priori

Conversamos com Vinicius Carmona, sócio e DRI do BR Partners, sobre o resultado do 2T24 divulgado pelo banco no final da semana passada.

Como o BR Partners avalia o seu resultado do 2T24?

Medalha de ouro nas Olimpíadas. Pode escrever isso.

Como o BR Partners entende os seus números?

Os números do banco são frutos de alguns pilares. O cenário macroeconômico mais benéfico em relação ao ano passado, a queda da Selic e a redução do custo de dívida são o cerne dessa questão, ainda que a Selic tenha frustrado as expectativas de todo o mercado, já que no início do ano se imaginava uma taxa de 9% para o final do ano, sendo que nós vamos terminar o ano com uma Selic de 10,5%. Contudo, nós precisamos enxergar um mérito: a Selic estava em 13,75% e hoje está em 10,5%, o que fez com que tivéssemos uma queda de 25% no custo da dívida.

Isso ajudou as empresas e o mercado em geral a fazer o trabalho de casa e reduzir despesas financeiras. Isso porque, no ano passado, nós vimos boas empresas, inclusive grandes empresas listadas, trabalhando para pagar juros. Empresas com margem Ebitda de 15%, 20%, mas com margem líquida de 0,5%. Isso faz com que a cabeça do CEO e do CFO fiquem 100% focadas em arrumar a casa, desalavancar a empresa, reduzir despesas financeiras e melhorar a margem, ou seja, a limpeza da cozinha se torna a prioridade da empresa. Com isso, assuntos mais estratégicos e de crescimento inorgânico, por onde passa o M&A, ficam engavetados.

Em 2024, muitas empresas estão com ótimos resultados operacionais e bem menos alavancadas. Inclusive, muitas empresas reciclaram suas dívidas e reduziram suas despesas financeiras, emitindo uma dívida mais barata para antecipar o pagamento de uma dívida mais cara. Isso, obviamente, impacta o resultado das companhias, que têm vindo melhores, e uma vez que você tem a cozinha limpa, você começa a servir os pratos.

Quando o CEO e o CFO veem que a companhia foi ajustada, eles podem voltar a olhar um projeto de aquisição e fusão ou um grande financiamento para investimento, o que faz com que esse tipo de conversa ganhe força. É exatamente isso o que está acontecendo neste ano, pois como muitas boas empresas estavam um pouco alavancadas, obviamente, nenhum CEO ia querer fazer uma aquisição em um momento ruim da companhia.

Neste ano, nós estamos vendo as empresas mais ajustadas e mais propícias a fazerem negócios. E quando olhamos o mundo dos negócios e seus múltiplos setores, vemos que há bastante oportunidade de consolidação, pois muitas empresas estão buscando unir forças para extrair sinergias e ter um negócio mais competitivo e mais market share. Muitos players líderes de mercado estão comprando ativos menores.

Isso voltou de uma forma muito forte neste ano, tanto no 1T24 quanto no 2T24, e que deve continuar no 3T24 e no 4T24. Isso do lado de M&A e, obviamente, do lado de CM (Capital Market), pois o mercado está extremamente líquido. Como disse, nós vimos muitas empresas captando para melhorar a qualidade do seu passivo financeiro e reduzir o custo da sua dívida.

Nós também começamos a ver um ensaio de debêntures de infraestrutura. Como as NTN-Bs estão rodando de 6% para cima, isso inviabiliza grandes investimentos com prazos mais longos de financiamento, mas estamos vendo um pouco de debêntures de infraestrutura em alguns setores, como energia e transporte rodoviário.

Se você pegar os dados da Anbima do 1S24, eles já foram mais fortes que o ano passado inteiro. O mercado está extremamente líquido, e as empresas estão se aproveitando desse momento. O mundo de equities está extremamente desafiador, e o apetite do investidor está 100% direcionado para crédito. Nós vemos uma demanda muito forte de casas, investidores e assets comprando os nossos produtos de mercado de capitais. Está havendo uma demanda tão forte por produtos de crédito e produtos incentivados, como debêntures, CRIs, CRAs e até mesmo FIDCs, que se começou a esbarrar em preço. Nós começamos a ver uma compressão dos spreads das companhias, que foi outro fator que as estimulou a buscarem dívida, pois quando elas viram que os spreads estavam mais baixos, elas partiram para aproveitar o momento e captar dinheiro no mercado.

A combinação de uma forte atividade de M&A com um mercado de capitais de dívida muito aquecido fez com que o BR Partners atingisse recorde de receita e lucro no 2T24.

Divulgação BR Partners



Vinicius Carmona

Como se ganha um cliente nos mercados onde o BR Partners opera?

Aqui entra um pouco do nosso diferencial. O business de advisory, como o próprio nome diz, vem de advise, e para que se possa dar um advise para alguém, você tem que ter uma boa reputação, proximidade e credibilidade com o cliente, e isso não se constrói de um trimestre para o outro. Isso é um relacionamento de longo prazo. Nós estamos constantemente dialogando com os nossos clientes, levando ideias, trazendo provocações e auxiliando nas tomadas de decisões e nas melhores soluções financeiras.

O nosso diferencial está nas pessoas do nosso business. Eu não acho que a inteligência artificial vai chegar nesse nível, pois esse ainda é um negócio que depende muito de relacionamento e da qualidade de entrega do serviço que é feito. Com o tempo, isso traz a confiança dos clientes e uma certa recorrência. Lógico, isso não acontece só com o BR Partners. O próprio BTG, que é um banco supercompetente, tem os seus clientes que adoram fazer as suas transações com ele. Aqui não é diferente. Nós temos clientes que fazem, pelo menos, uma transação por ano, seja no banco de investimento, dívida ou na tesouraria, já que eles gostam do nosso serviço, confiam nas pessoas, sabem que somos transparentes no preço e que buscamos o melhor advise. A força da franquia se resume a isso.

Essa é uma barreira competitiva muito grande nesse mercado, pois não é simplesmente abrir uma boutique de M&A e cobrar um fee mais barato. Não é assim que funciona. Aqui entra a reputação dos nossos sócios e a experiência que cada um tem.

Há espaço para competir com os grandes. Inclusive, nesse mercado de M&A, nós estamos entre os três maiores, junto com o Itaú e o BTG. Esse é um negócio onde conseguimos cavar oportunidades para encontrarmos negócios rentáveis e que trazem valor para a franquia. Exemplo, nós assessoramos a Hypera na compra dos ativos da Amil, e dali saiu a oportunidade de se fazer um novo movimento estratégico que foi a fusão com a Dasa. Esse é o ponto de se levar as ideias corretas e dar o advise correto.

Em alguns casos, nós vemos concorrentes querendo fazer negócios mais imediatistas e de curto prazo para ter o seu retorno no fee, mas no BR Partners nós pensamos muito em crescer com o cliente. Como às vezes não é possível fechar a transação em um momento, pois o eixo do cliente não está adequado, nós esperamos o melhor momento para fazermos o negócio. Como disse, nós pensamos muito junto com o cliente, e não simplesmente em fazer um serviço muito bom, mas pontual. No fim do dia, esse é um dos nossos diferenciais.

Como está a evolução da área de Wealth Management do BR Partners?

O Wealth está indo super bem. No 2T24, nós conseguimos trazer uma marca importante de R$ 570 milhões de dinheiro novo. Outro ponto importante é que o Wealth está ajudando muito na originação de negócios para as outras áreas, como banco de investimentos, mercado de capitais e tesouraria. Nós estamos bem satisfeitos com o Wealth, mas ele ainda está no começo da sua jornada.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/br-partners-brbi11-resultado-do-2t24-medalha-de-ouro-e-evolucao

Aquisição pela Minerva de parte do negócio da Marfrig

Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (SG/Cade) remeteu para análise do Tribunal Administrativo da autarquia a operação referente à aquisição, pela Minerva S.A, de parte do negócio de carne bovina e ovina da Marfrig Global Foods S.A. e Marfrig Chile S.A na América do Sul. A análise inclui determinadas plantas industriais de abate e desossa de bovinos e ovinos e um centro de distribuição, localizadas no Brasil, Argentina e Chile. A decisão foi proferida por meio de despacho assinado na sexta-feira (9).

De acordo com o Cade, o ato de concentração envolve sobreposições horizontais nos mercados de: (i) abate e desossa de bovinos, nos estados de Goiás, Mato Grosso e Rondônia; (ii) comercialização de carne bovina in natura, nacional; (iii) subprodutos do abate de bovinos, nacional; (iv) comercialização de carne ovina in natura, nacional; e, (v) de couro cru, nacional. Além disso, a operação leva à integração vertical entre as atividades de abate e desossa de carne bovina e de processamento de carne pela Minerva.

A instrução processual concluiu que as sobreposições horizontais e integrações verticais não geram potenciais prejuízos ao ambiente concorrencial. Porém, as restrições inicialmente estabelecidas nas cláusulas de não concorrência não estariam em conformidade com a jurisprudência do Cade, encontrando-se fora dos limites material e geográfico estabelecidos nos precedentes, portanto, podendo suscitar preocupações concorrenciais.

A SG/Cade negociou uma nova redação da cláusula de não concorrência, para que sejam atendidos os parâmetros aceitos pela jurisprudência da autarquia. "As requerentes apresentaram um Acordo em Controle de Concentração (ACC) que garante a manutenção da nova redação da cláusula de não concorrência até o exaurimento dos seus efeitos", disse a autarquia.

A nova redação da cláusula de não concorrência permite a proteção do investimento realizado pela empresa adquirente nos limites do ato de concentração e não limita a atuação da empresa vendedora nos mercados relevantes que não são afetados pela operação.

Considerando esse entendimento sobre a solução negociada com a SG/Cade, que mitigaria o potencial prejuízo ao ambiente concorrencial decorrente da cláusula de não concorrência na forma originalmente apresentada, concluiu-se pela recomendação de celebração de ACC.

Restrições

Conforme a legislação concorrencial, nos casos de restrições a atos de concentração submetidos ao Cade, a SG deve remeter o processo ao Tribunal do Cade, em que o processo será distribuído a um conselheiro-relator, que ficará responsável pela análise da proposta. Caberá ao Tribunal a homologação do ACC.

As empresas

A Minerva é uma empresa brasileira, com atividades globais na produção e comercialização de carne bovina in natura e produtos derivados, exportação de gado e processamento de proteínas animais. A empresa opera instalações para o abate e desossa de bovinos, no Brasil e no exterior, e exporta para países em cinco continentes.

A Marfrig é uma multinacional brasileira que atua no setor de alimentos e no mercado de carne bovina in natura. A empresa faz parte do Grupo Marfrig, que, na América do Sul, opera instalações para o abate e desossa de bovinos no Brasil, Uruguai e Argentina e de ovinos no Chile; e na produção de outros produtos industrializados.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
SINDICATO DOS EMPREGADOS EDIT. LIVR. PUBL. CULTURAIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO/RJ, sediada na Av. Presidente Vargas nº 633, sala nº 1.521/1522, Centro, Rio de Janeiro, CEP.: 20.071-004, vem CONVOCAR os empregados da categoria profissional para Assembleia Geral Extraordinária que será realizada em sua sede, no dia 27 do mês de agosto de 2024, em primeira convocação às 10h e em segunda convocação às 10h30, para discussão e aprovação da seguinte ordem do dia: Análise e aprovação da pauta de reivindicações com vistas a serem firmadas Convenções Coletivas de Trabalho a vigorar no período de 2024 a 2025, sua assinatura e a possibilidade de suscitar Dissídio Coletivo de Trabalho, caso resultem infrutíferas as negociações. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2024. Vicente Favilla Guimarães da Silva - Presidente.

G.R.E.S MOCIDADE UNIDA DA CIDADE DE DEUS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O G.R.E.S MOCIDADE UNIDA DA CIDADE DE DEUS CONVOCA OS ASSOCIADOSECOMPONENTESMAIORESDE18ANOSCREDENCIADOS, PARA PARTICIPAR DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, CONFORME ARTIGOS 13º LETRA (a) ARTIGO 15 LETRA(a), ARTIGO 17 ITEM 1, ART, 44º E 45º DO PRESENTE ESTATUTO, PARA INSTALAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E DELIBERATIVO DA AGREMIAÇÃO, COM DATA MARCADA PARA DIA 1º DE SETEMBRO DE 2024, SENDO A 1ª CHAMADA AS 15 HORAS COM 2/3 DOS PRESENTES E 2ª CHAMADA AS 15:30 COM MENOS DE 1/3 DOS SÓCIOS OU COMPONENTES COM DIREITO A VOTO. **LOCAL: Av. Edgard Werneck nº 1607 – Jacarepaguá, Cidade de Deus, Rio de Janeiro.** RIO DE JANEIRO, 19 DE AGOSTO 2024.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS
DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO -
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro nos termos do estatuto da entidade e conforme a legislação vigente, em especial o art. 15, "C", do Estatuto Social, convoca todas (os) seus associados quites para participarem de Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia **28 de agosto de 2024**, às **18h30min em primeira convocação**, com o quórum estatutário e às **19h em segunda convocação**, com qualquer número de presenças, de forma presencial, no auditório da entidade sindical, situado na Rua Evaristo da Veiga, 16, 17º andar, Cinelândia, Centro, município do Rio de Janeiro, para a votação da seguinte pauta: 1) Aprovação de alterações parciais no Estatuto Social do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro; 2) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2024.
VerginiaDiramiBerriel
Diretoria de Administração e Finanças do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro

Chambriard: números da Petrobras foram 'dentro do esperado'

Lucros devem voltar nos próximos meses

Os resultados do último trimestre foram "extremamente sólidos e dentro do esperado", afirmou a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, em entrevista coletiva online sobre os resultados da companhia do segundo trimestre de 2024. A Petrobras teve um resultado negativo de R$ 2,6 bilhões, conforme balanço divulgado na noite da última quinta-feira (8).

Segundo Chambriard, o resultado foi pontual e os lucros deverão voltar nos próximos trimestres. "Nós tivemos nesse segundo trimestre eventos não recorrentes, eventos não recorrentes absolutamente conhecidos do mercado".

Ela destacou entre esses eventos o acordo tributário com o Ministério da Fazenda - a Petrobras fechou negociações envolvendo R$ 19,80 bilhões para o fim dos litígios da estatal sobre remessas ao exterior para pagamento de afretamentos de embarcações de exploração de petróleo -, o acordo salarial 2023-2025 e a desvalorização cambial ocorrida no segundo trimestre deste ano.

"Caso não fossem considerados esses fatores, nós estaríamos apresentando resultado positivo em linha com o observado no trimestre passado", disse Chambriard.

Segundo a Agência Brasil, apesar do resultado negativo no segundo semestre de 2024, a Petrobras informou que vai pagar dividendos aos acionistas, seguindo a Política de Dividendos da estatal, que garante a remuneração. De acordo com o balanço, a empresa aprovou R$ 13,6 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas em duas parcelas, em novembro e em dezembro, com o uso de R$ 6,4 bilhões da reserva de remuneração do capital.

Entre os acionistas que receberão a remuneração está a própria União, que detém a maior fatia das ações da empresa: 28,67%.

Em entrevista, a diretoria da Petrobras afirmou que não descarta o pagamento de dividendos extraordinários. O diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores, Fernando Melgarejo, disse que o pagamento irá depender da capacidade de financiabilidade dos projetos da empresa entre 2025 e 2029.

"Não está descartada a possibilidade de a gente fazer pagamentos de dividendo extraordinário ainda este ano. O quanto antes a gente tiver uma visão mais clara, tiver uma exatidão maior dos nossos fluxos de caixa futuro, tanto a geração futura, gastos e o caixa operacional que a gente tiver nesse período, o quanto antes a gente vai fazer as análises e propor, se for o caso, distribuição de dividendos extraordinários", disse.

Aumento de preços

A diretoria foi questionada também, na entrevista, se o prejuízo no trimestre poderia ter sido menor caso a empresa tivesse reajustado o preço dos combustíveis nas refinarias mais cedo. O diretor de Logística, Comercialização e Mercados, Claudio Schlosser, afirmou que empresa seguiu a estratégia comercial lançada em maio de 2023.

"Um elemento extremamente importante da nossa estratégia comercial é justamente não transferir para o mercado interno essas variações que a gente chama de volatilidade. Então, vocês acompanham e sabem muito bem a cada notícia que surge no mercado, você vê o petróleo disparar, você vê os derivados alterarem de cotação, em algum momento aumenta, em algum momento despenca e nós avaliamos isso no cenário dos fundamentos principais do mercado", explicou.

Chambriard reforçou o compromisso de manter essa estratégia e disse que observou, nos últimos meses, uma ligeira perda de espaço no mercado, o que poderia ter sido agravado com o aumento dos preços. "Nós estamos fazendo isso tudo muito atentos à tendência dos preços internacionais, atentos aos nossos competidores, mas quando a gente observa os últimos meses da venda de combustíveis, a gente vê até uma ligeira perda de market share (participação no mercado). É sutil, mas ela existe. E é isso que mostra que nós estamos absolutamente certos na nossa estratégia de preços. Aumentar o preço agora seria abrir mão de market share, o que está longe da nossa intenção".

Gasoduto Rota 3

A Petrobras anunciou também que o Gasoduto Rota 3 deverá entrar em operação até setembro deste ano. O projeto Rota 3 tem como objetivo ampliar o escoamento de gás natural dos projetos em operação na área do pré-sal da Bacia de Santos. "Uma entrega extremamente relevante para o estado do Rio de Janeiro e para o aumento da disponibilidade de gás natural em todo o território brasileiro", ressaltou a presidente da empresa.

Segundo a diretora Executiva de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Renata Baruzzi, os trabalhos "estão indo muito bem. A gente deve concluir a completação mecânica ainda no mês de agosto", disse. Acrescentou que "no terceiro trimestre a gente vai dar partida na planta e começar a trazer gás através da Rota 3".

De acordo com a Petrobras, o Gasoduto Rota 3 possui aproximadamente 355 quilômetros de extensão total, sendo 307 kms referentes ao trecho marítimo e 48 kms do trecho terrestre. Ele escoará gás natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos até o Polo Gaslub, em Itaboraí, onde está localizada a Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN Rota 3). A vazão de escoamento do gasoduto é de aproximadamente 18 milhões de m³ de gás por dia.

Banco Pine lucra R$ 64 milhões no 2º trimestre de 2024

O Banco Pine atingiu lucro líquido recorde de R$ 64 milhões, com ROE anualizado de 23%, no segundo trimestre de 2024. Em relação ao acumulado do ano, o banco também atingiu o seu melhor resultado, R$ 127 milhões.

De acordo com o banco, o resultado foi puxado pela expansão das carteiras de crédito e da contínua diversificação. "Crescemos nas verticais de atacado e varejo colateralizado, expandimos e diversificamos o funding e fortalecemos o nosso capital. Estamos gerando resultados crescentes e ganhando escala para atender nossos clientes em diferentes ciclos", explicou Noberto Pinheiro Jr., membro do comitê executivo.

Em um ano, a carteira de crédito no varejo cresceu 130% e atingiu R$ 7,3 bilhões ao final de junho. "O forte crescimento no período deve-se a eficiência e a escalabilidade do nosso modelo de negócio e a positiva sazonalidade para o segmento no início do ano, devido ao aumento do salário-mínimo. Aproximadamente 90% desta carteira é composta por entes federais, produtos com baixo risco, eficiente alocação de capital e performance", afirmou Clive Botelho, membro do comitê executivo.

O total de recursos captados durante o período atingiu R$ 15,6 bilhões, representando um crescimento de 43% em relação a junho de 2023. Já o patrimônio de referência encerrou junho em R$ 1,5 bilhão, representando um crescimento anual de 56%.

"Voltamos a expandir o nosso negócio de atacado e atingimos o melhor resultado histórico nesse semestre. Estamos confiantes e com presença e times dedicados nos setores mais representativos do PIB, como Agronegócio e Imobiliário, que somados representam aproximadamente 40% da carteira e aproximadamente 35% do PIB", complementou Rodrigo Pinheiro, membro do comitê executivo.

O Banco Pine destacou também a distribuição de R$ 33,4 milhões de Juros Sobre Capital Próprio no primeiro semestre, totalizando 16 centavos por ação e com um dividend yield anualizado de 8%.